



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

482º da Fundação do Povoado e
66º da Emancipação Político-Administrativa

**COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO
“VEREADOR CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO”**

**RELATÓRIO FINAL
SISTEMATIZADO**

MAIO 2015

K. 810
S. 2015

Pr. Ed. Costa



**O PASSADO NÃO PODE SER MODIFICADO.
MAS CONHECÊ-LO PODE MUDAR NOSSO FUTURO.**

Para que nossa história se complete. De verdade.

12-812
[Signature]

Áureo Tupinambá Filho

Diretor-Secretário

Mesa-Diretora

Aguinaldo Alves de Araújo (PDT)

Presidente da Câmara

Adeildo Heliodoro dos Santos (SDD)

Vice-Presidente

Ademário da Silva Oliveira (PSDB)

Primeiro-Secretário

César da Silva Nascimento (PDT)

Segundo-Secretário

Vereadores

Fábio Alves Moreira (PMDB)

Ricardo de Oliveira (PMDB)

Severino Tarcício da Silva (PSB)

Ivan da Silva (PDT)

Fábio Moura dos Santos (PROS)

Jair Ferreira Lucas (PT)

Wagner Moura (PT)

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DA VERDADE DO
MUNICÍPIO DE CUBATÃO VEREADOR CLÁUDIO JOSÉ
RIBEIRO DESIGNADA PELA RESOLUÇÃO Nº 2.724, DE
04/06/2013, QUE TEM POR OBJETIVO PROMOVER
ESCLARECIMENTO EM RELAÇÃO ÀS GRAVES VIOLAÇÕES
DE DIREITOS HUMANOS, OCORRIDAS NO MUNICÍPIO DE
CUBATÃO OU PRATICADAS POR AGENTES PÚBLICOS
MUNICIPAIS, DURANTE O PERÍODO FIXADO NO ARTIGO 8º
DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Ms. 814
[Signature]

ÍNDICE

Introdução.....	pág.06
Ações realizadas pela CVMC.....	pág.13
1ª. Audiência.....	pág.14
2ª. Audiência.....	pág.16
3ª. Audiência.....	pág.20
4ª. Audiência.....	pág.23
5ª. Audiência.....	pág.26
6ª. Audiência.....	pág.29
7ª. Audiência.....	pág.32
8ª. Audiência.....	pág.34
Encaminhamentos.....	pág.38

INTRODUÇÃO

A ditadura brasileira foi uma das mais longas do continente latino-americano. Um golpe de Estado, que teve à frente os militares com apoio de setores civis, instaurou um governo autoritário que durou de 1964 a 1985. Durante esse período, nosso país sofreu intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram praticadas, por agentes públicos, contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura.

O que faz uma Comissão da Verdade?

Após momentos históricos marcados por graves violações de direitos humanos, tal como a ditadura militar brasileira, há diversos instrumentos e medidas que podem e devem ser utilizados pelos governos e instituições internacionais para reparar as vítimas e evitar que as violências se repitam.

Apesar das particularidades de cada país, as normas de direito internacional e os estudos no campo chamado "justiça de transição" apresentam uma série de tarefas que devem ser cumpridas pelos Estados nacionais para lidar com o legado de violências de regimes autoritários. É possível agrupá-las, de forma didática, em cinco grandes eixos: verdade, memória, reparação, justiça e reforma das instituições.

No que se refere à busca e à revelação da verdade em torno das violações de direitos humanos, tema que interessa mais de perto para esta apresentação, há diversos mecanismos dos quais os governos podem se valer para efetivar políticas públicas adequadas nessa área. Esses mecanismos, no entanto, devem estar orientados no sentido de garantir o direito à verdade às vítimas, suas famílias e sociedade como um todo.

Para garantir o direito à verdade, é preciso que haja a abertura mais ampla possível dos acervos de documentos oficiais da ditadura, divulgando os dados produzidos pelos órgãos de informação e pela burocracia estatal. Além disso, um mecanismo que já foi utilizado em inúmeros países são as

Comissões de Verdade, com variações importantes em cada caso concreto.

De forma geral, as Comissões de Verdade são órgãos oficiais ou extra-oficiais, instituídos com a função de construir uma narrativa de um período de graves violações de direitos humanos, apontando os crimes que foram cometidos, as circunstâncias dessas violências, pessoas envolvidas etc. Podem ou não ter a finalidade expressa de julgar os responsáveis pelos crimes a depender de cada legislação. Algumas delas têm também atribuição de promover a reconciliação nacional. Mas isso depende da realidade de cada conflito e de cada nação.

Os principais objetivos das Comissões de Verdade são estabelecer uma lembrança autorizada e historicamente acurada do passado; superar a negação oficial e comunitária das atrocidades, violências ou abusos e lograr o conhecimento público deles; identificar vítimas das violações de direitos humanos e abusos para promover políticas de reparação efetivas; conhecer as circunstâncias em que ocorreram; identificar os artífices das violências e envergonhar socialmente os perpetradores pelos atos praticados (se possível, colhendo elementos que permitam o processamento penal); criar uma memória coletiva ou uma história comum, para um novo futuro; restaurar a dignidade das vítimas, encerrar os abusos, legitimar e promover a estabilidade do novo regime, promover a reconciliação sobre as divisões do passado, educar a população sobre o ocorrido, recomendar caminhos para coibir a repetição dessas práticas.

O que foi a ditadura brasileira?

Conforme apuração que consta no dossiê publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, as violências atingiram cifras muito elevadas no Brasil: mais de 50 mil presos nos primeiros meses depois do golpe, 475 mortos e desaparecidos políticos, 10.034 pessoas submetidas a inquérito

12/23/97
P. 237

e 7.376 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos, 1.188 camponeses assassinados, 4 condenados à pena de morte e milhares de exilados.

Apesar de elevados, esses números não oferecem a real dimensão das violências que foram praticadas pela ditadura militar em nosso país. Primeiro, porque é impossível medir em números o grau de violências de uma ditadura. Segundo, ainda que isso fosse possível, esses números não representam a totalidade das violências cometidas, pois muitos casos ainda não conhecidos estão de fora das listas oficiais existentes sobre esses temas.

Justamente para investigar mais profundamente os crimes que foram cometidos por agentes públicos durante a ditadura é que a Comissão da Verdade foi criada, a fim de construir uma memória desse período que seja comprometida com os valores democráticos e com os direitos humanos. Dessa forma, além de nos permitir conhecer a nossa história, a verdade poderá também reparar simbolicamente as vítimas dessas violências e nos ajudará a evitar que estas voltem a se repetir no futuro.

Fruto de uma longa luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, a proposta de uma Comissão da Verdade foi democraticamente construída na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, sendo incorporada formalmente ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado no final de 2009 pelo Governo Federal.

Após pressão da sociedade civil organizada, foi instituída, por meio da Lei n.º 12.528, a Comissão Nacional da Verdade, "a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional" (art. 1º).

Diante das limitações de tempo e de estrutura que a Comissão Nacional da Verdade terá para realizar seus trabalhos, em paralelo, começaram a surgir outras Comissões da Verdade regionais e setoriais, por todo o país: em Estados e Municípios

da Federação, sindicatos, universidades, órgãos de classe, entre outros.

Em Cubatão, o presidente da Câmara na época, o vereador Wagner Moura (PT), assinou Projeto de Resolução em 03 de maio de 2013 constituindo a Comissão da Verdade na cidade. O projeto foi encaminhado as comissões permanentes da Casa e, posteriormente, foi aprovado em votação no plenário.

Vale ressaltar que, pela Lei de nº. 5.449 de 4 de junho de 1968, Cubatão foi declarada como área de interesse nacional, sendo um dos últimos municípios do país a restituir sua autonomia política.

O objetivo da Comissão da Verdade é apurar violações dos Direitos Humanos ocorridas durante a época da ditadura militar. A comissão encaminhará as informações para as comissões estadual e federal, de forma a contribuir com a investigação que está sendo feita em âmbito nacional.

A comissão foi composta pelos líderes das bancadas da Casa na época, que eram os vereadores Ricardo de Oliveira (PMDB), o Ricardo Queixão; Severino Tarcício da Silva (PSB), o Dóda; Jair Ferreira Lucas (PT), o Jair do Bar; Aguinaldo Araújo (PDT); e Ademário da Silva Oliveira (PSDB).

"Mas todos os vereadores podem participar das reuniões e contribuir com a comissão. Cubatão é a segunda cidade a instituir a Comissão da Verdade na região. Esperemos que os outros municípios sigam este exemplo", comentou o presidente do grupo de trabalho, Wagner Moura.

Os parlamentares, após a aprovação em plenário, também poderão contar com a participação de funcionários da Câmara e representantes da sociedade civil para auxiliar nos trabalhos. As investigações devem ser concluídas em um prazo de 180 dias.

Ps. 859
Zepherino

A presidente do Centro de Direitos Humanos da Baixada Santista Irmã Maria Dolores, Graça Maria Costa da Silva, que dará apoio à criação da comissão, a exemplo da de Santos, participou do ato.

O Projeto de Resolução que institui a Comissão da Verdade em Cubatão foi aprovado na sessão de terça-feira (04/06/2014). Ela será composta pelos parlamentares líderes de bancada e por membros da sociedade civil. A comissão terá 180 dias para realizar seus trabalhos.

Os trabalhos de investigação do grupo de trabalho permitirão a Cubatão resgatar parte de sua história. A Comissão da Verdade Cláudio José Ribeiro recebe o nome do vereador da primeira legislatura de Cubatão, cassado por seu envolvimento sindical, em 1949.

O presidente da Comissão da Verdade, vereador Wagner Moura (PT), pediu licença da Mesa Diretora no dia da sessão para falar sobre a importância do grupo de trabalho. "Cubatão é a segunda cidade da Baixada a instituir a comissão (Santos foi a primeira), importante para resgatarmos a história de nossa cidade na época da ditadura militar", comentou.

O parlamentar Severino Tarcício (PSB), o Doda, pediu para que quem tiver informações sobre aquela época que entre em contato com a Câmara. "Quem tiver documentos ou parentes que sofreram durante a ditadura, que nos procure, para nos dar estas informações", requisitou.

O vereador Fábio Moura (PROS) afirmou que tem orgulho em votar este projeto. "Muitas coisas têm acontecido nesta cidade, mas fico orgulhoso de fazer parte da Casa de Leis que vota projeto tão importante", afirmou.

O parlamentar Ivan Hildebrando (PDT) comentou que, às vezes, a história está obscura e que muitas famílias tiveram entes queridos sofrendo na época da ditadura. "Será de grande valia esta Casa de Leis trazer estas histórias à tona", comentou.

Rs. 820
[assinatura]

O vereador Ademário da Silva Oliveira (PSDB) afirmou que espera que o trabalho da comissão seja bem sucedido para esclarecer casos de desrespeito aos direitos humanos

Cláudio José Ribeiro - O homenageado

Filho de Venâncio José Ribeiro e Tibúrcia Dias do Vale, Cláudio Coutinho José Ribeiro nasceu em 07 de Setembro de 1922, na cidade de Morrinhos - MG, às margens do Rio São Francisco, na divisa com o estado da Bahia.

Como muitos moradores da cidade, Cláudio veio para Cubatão para trabalhar na construção da Via Anchieta, no Departamento de Estradas de Rodagem (DER). No órgão estadual, iniciou sua militância na luta por melhores condições de trabalho. Por se tornar um líder entre os operários, Cláudio acabou perdendo seu emprego.

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1945, Cláudio Ribeiro ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Primeiro Presidente do Sindicato dos Petroquímicos, organizou várias greves a favor dos trabalhadores das indústrias de Cubatão.

Como o PCB não tinha legenda, isto é, estava na clandestinidade, concorreu ao cargo de vereador pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sendo eleito como um legítimo candidato de Prestes, em referência ao líder da resistência, Luís Carlos Prestes.

No dia 9 de abril de 1949 quando tomava posse como vereador, ocupando uma das cadeiras da primeira legislatura do município de Cubatão, foi preso pelos órgãos de repressão, passando a noite na prisão. O ato foi classificado como intimidatório, como se a ditadura lhe desse um recado: "Você não tem imunidade parlamentar".

Em seu mandato, Cláudio se notabilizou por seus discursos a favor dos trabalhadores. Crítico do governador Ademar de Barros, ele denunciou o atraso nos salários dos funcionários do DER. Por sua atuação contra o regime militar, seu mandato foi cassado a pedido da bancada do Partido Social Progressista (PSP) em 1950 por nove votos a favor, um contra e um em branco.

Com o golpe militar de 1964, foi preso no navio Raul Soares por oito meses, juntamente com outros líderes sindicais. Após esse período de encarceramento e com a iminência de novas detenções, Cláudio foi transferido clandestinamente para Belém (PA) pelo PCB, retornando para a cidade de São Paulo, em 1974, para atividades ainda clandestinas. Em 1975, foi preso no DOI-CODI, órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército, sendo duramente torturado, inclusive tomando choques.

Por toda sua história de luta pela democracia, a Câmara Municipal de Cubatão homenageia o ex-vereador Cláudio José Ribeiro ao denominar a Comissão da Verdade do Município de Cubatão com seu nome.

P-822
[Handwritten signature]

ACÇÕES REALIZADAS PELA CVMC

- Promover audiências públicas a fim de esclarecer fatos e circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de Cubatão;
- Promover intercâmbio com a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (Rubens Paiva);
- Solicitar cópias de documentos junto ao Arquivo Nacional e também ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, que contribuam para restituir a verdade de fatos relacionados ao período militar;
- Dar publicidade aos atos da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro" nos meios de comunicação (TV, rádio, jornal e internet);
- Criação de hotsite no site oficial da Câmara Municipal de Cubatão para concentrar todas as informações relativas à Comissão da Verdade
- Realizar pesquisas junto a acervos históricos, como a Fundação Arquivo e Memória de Santos e a Hemeroteca Municipal de Santos;
- Promover Ato Solene para a Devolução Simbólica de Mandatos aos ex-vereadores Cláudio José Ribeiro, Hugo Scanavacca e João Antônio da Silva Cezimbra. Os referidos parlamentares foram destituídos do cargo parlamentar em virtude de sua atuação contra os órgãos de repressão no período da ditadura militar.

Ps. 823
Baptista

1ª AUDIÊNCIA (24/03/14)

DEPOENTE: Virgílio Pedro da Silva

Virgílio Pedro da Silva, 81 anos, era o único elo entre a Baixada Santista e o organizador da resistência à ditadura Carlos Marighela, na época da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Também fundou o Sindicato dos Petroquímicos. E, por sua participação política, foi preso e torturado. Parte de sua história foi contada durante depoimento à Comissão Municipal da Verdade "Vereador Cláudio José Ribeiro".

Participaram da Comissão da Verdade, o vereador Wagner Moura (PT); Ivan da Silva (PDT), o Ivan Hildebrando; Aguinaldo Araújo (PDT) e os ex-veredores Florivaldo Oliveira Cajé, Mário Gochi; Rozemeri de França Abreu Santos (chefe da Divisão Legislativa da Câmara); e Mychajlo Halajko Júnior.

O objetivo da comissão é apurar o desrespeito aos Direitos Humanos e contribuir com os trabalhos das comissões estadual e nacional da Verdade. "Nossa cidade teve prefeitos interventores, foi zona de segurança nacional. Temos de resgatar esta importante parte de nossa história", afirmou Wagner Moura.

Virgílio da Silva começou seu depoimento dizendo que não estava feliz de falar do assunto, porque se trata de uma época que ele gostaria que nunca mais se repetisse. "Porque a liberdade não tem preço. Vale a pena lutar por ela", disse.

O fundador do Sindicato dos Petroquímicos, que atuou nesta atividade juntamente ao ex-vereador Cláudio José Ribeiro, que dá nome à Comissão da Verdade, contou de sua atividade sindical.

Falou ainda que era do Partido Comunista e se ligou à Aliança Nacional de Libertação (ALN), porque buscava brigar contra o regime militar. Na Baixada, era ele quem mantinha contato com

127-828
P. Silva

Marighela e que participava das reuniões da ALN. Ele organizava o movimento de resistência na Baixada.

Em 2 de abril de 1970, quando ia a uma reunião, foi preso pela Operação Bandeirante - um órgão clandestino do Exército, segundo ele próprio. "Se soubessem da nossa ligação quando nos prendesse, não havia jeito. Porque não há grau para a tortura. Ou você delata seus companheiros ou morre. Mas, no meu caso, não sabiam da minha participação. Conheciam apenas meu trabalho sindical, que era consignado e conhecido", explicou.

Virgílio entregou ao presidente da Comissão da Verdade de Cubatão seu processo, um histórico que, segundo ele, conta mais da história da repressão do que sua história pessoal. "E faço um apelo, que a Comissão da Verdade peça ao Exército meus depoimentos, porque eles não constam deste processo. Estão em segredo", pediu.

O sindicalista ainda afirmou que, no Brasil, a liberdade não foi conquistada, mas concedida pelos militares. "Tudo que ganhamos foi consentido. A anistia foi concedida", afirmou.

Silva afirmou ainda que é contra qualquer tipo de revanchismo, pois com este tipo de atitude, o lutador se iguala ao inimigo. "Mas é preciso que se faça justiça. É preciso que os bandidos que nos torturaram prestem contas à sociedade", ressaltou.

Depois de relatar as torturas que sofreu, detalhando como funciona o pau-de-arara, um dos modos de tortura mais utilizados no regime militar, Virgílio da Silva criticou o fato de que hoje vê "estes torturadores soltos dizendo cinicamente que não houve tortura". Por isso, ele diz, que a democracia atual não foi conquistada. "Os militares, sabendo que não tinham mais condições de permanecer no Poder, arranjaram esta democracia. Por que nenhum militar vai pra cadeia?", questionou.

12-825
[Handwritten signature]

Virgílio foi solto em 31 de dezembro de 1970, depois de ser interrogado, e chegou à sua casa na Vila Nova às 22 horas. “O promotor disse que eu era inocente e que nem útil cheguei a ser”, contou.

Os presentes fizeram perguntas ao depoente, que falou da situação política da cidade na época da ditadura.

2ª. AUDIÊNCIA (27/03/14)

DEPOENTE: Florivaldo Oliveira Cajé

“Nossas armas eram os livros”. Esta foi uma das inúmeras frases marcantes do depoimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Cubatão, Florivaldo Oliveira Cajé. Ele contou sua história de preso político à Comissão Municipal da Verdade “Vereador Cláudio José Ribeiro”, no dia 27 de março de 2014. Entre as revelações, disse que estava preso no DOI-Codi na noite em que o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado.

Antes de falar de sua prisão e das torturas que sofreu nas celas, Cajé falou um pouco de sua visão sobre o Golpe de 64.

“Uma revolução pressupõe programas e metas. O que ocorreu não foi uma revolução, mas um golpe. Os militares tiraram do poder um governo eleito”, contou.

Segundo Cajé, o golpe começou na posse de Juscelino Kubitschek, quando também foi eleito o vice (para o qual os brasileiros votavam) João Goulart, o Jango. “Eles não queriam ter de dar posse ao Jango, tudo começou ali”, contou.

Em seguida, Jânio Quadros tomou posse e Jango foi reeleito como vice. “Ele aprendeu imediatamente após a posse que é muito difícil governar um país em que os militares são os guardiões e garantidores do governo, em vez do voto”, disse Cajé.

13. 826
[Handwritten signature]

Jânio renunciou, enquanto seu vice estava na China. "Não fosse a resistência de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, Jango não teria assumido", descreveu.

Na época de Jango, contou Cajé, o Brasil discutia reformas de base, como a bancária, agrária, urbana e de ensino "O Jango era vacilante demais, demorava pra impulsionar as verdadeiras reformas que o Brasil precisava. Mas na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o Leonel Brizola fez um bocado de provocação, foi interessante. Todo mundo que falou nesta ocasião falou das reformas", contou.

A partir daí, se desencadeou o golpe militar. "Uma reunião em Minas começou a arquitetar o golpe. Até este momento havia a possibilidade de resistência e negociação. Jango não quis negociar e se recusou a ser responsável pelo derramamento de sangue. Em 5 de abril, fugiu para o Uruguai", disse.

Para Cajé, o apoio de civis ao golpe se deu porque muita gente estava de olho nas próximas eleições e, de acordo com seu depoimento, Jango se preparava para alterar a Constituição e ser candidato à reeleição.

Baixada Santista - Segundo Florivaldo Cajé, a Baixada Santista resistiu ao Golpe. "Santos era chamado de o Porto Vermelho. Aqui, a mobilização e a agitação sempre foram grandes. Muitos líderes do Partido Comunista foram presos e encarcerados no navio-prisão Raul Soares", disse.

Nesta época, segundo ele, muitos trabalhadores desapareceram. "Um companheiro meu da linha de produção desapareceu. Muita gente já em 1964 sumiu. Nunca se apurou nada".

Cajé fazia parte do Centro de Estudantes de Santos e fundaria um centro em Cubatão. Isso não chegou a ocorrer, porque o Golpe Militar se deu antes.

Pz. 827
L. P.

Para o ex-vereador, após a instituição do Ato Institucional n°. 5, a situação no País ficou terrível. "Era tudo tão terrível que a situação levou parte da esquerda, que é formada por várias ramificações, a fazer a besteira de cair na luta armada", disse.

A repressão se deu primeiramente contra quem era da luta armada. Depois, foi para quem era de esquerda. "Centenas de trabalhadores brasileiros tombaram nesta luta estúpida (da luta armada). Não havia a menor chance. Éramos vigiados".

História pessoal - Cajé participava do Sindicato dos Metalúrgicos, que sofreu intervenção após o Golpe. Ele participou da retomada da instituição. Estudante de Direito em Santos, trabalhador da Cosipa, atuava no movimento estudantil e nas lutas dos trabalhadores.

Em 69, quando retomou o sindicato, havia ocorrido o sequestro de um embaixador americano no Brasil. "Não sabíamos que ele havia sido sequestrado, por causa da censura. Mas soube quando foi solto em troca da libertação de 74 companheiros. Na data em que houve a libertação dos 74, outros 1.100 foram presos no Brasil, inclusive eu", contou.

"Saí uns dois dias depois, perdi meu emprego e aí residiu minha primeira tortura. Meu segundo filho tinha dois meses e as empresas tinham uma lista de comunistas e não havia lugar pra me empregar".

Em 75, após o nascimento do terceiro filho, Cajé foi preso enquanto fazia uma audiência.

No DOI-Codi, ficou em um corredor, com uma máscara cobrindo seu rosto, por cerca de três dias. "Fui o terceiro a ir ao exame médico. Ele disse que eu tinha uma saúde de atleta e que podia 'descer o pau'", contou.

Cajé foi amarrado a uma cadeira, chamada Cadeira do Dragão, e torturado. "Eles colocaram uma música do Roberto Carlos altíssima, ficava aquela gritaria. Mas ninguém me perguntava

Dr. 8.27
[Handwritten signature]

nada. Eles quebram qualquer possibilidade de você resistir. Era muita pancada”, disse.

O ex-vereador diz que não sabe quanto tempo durou a tortura, mas afirma que nenhum companheiro foi preso por ter sido delatado por ele. “Me fixava em quem eu sabia que já estava preso”.

Cajé conta que cerca de três dias depois, chegou um companheiro e ele viu, pelo canto da máscara de borracha, uma bota elegante. Depois, vieram os gritos. Na madrugada, o silêncio. E, em seguida, o corre-corre. “Depois, nos botaram na cela e podemos olhar uns aos outros. Estavam Osvaldo Osório Duque Estrada; tataraneto do compositor do hino nacional; Luiz Vais, diretor da Veja; Osvaldo Rodolfo Conder, do jornal Estadão. Eles comentaram de quem tinha morrido de madrugada, era Vladimir Herzog”.

O ex-vereador de Cubatão conta que, a partir da morte de Herzog, os espancamentos não ocorreram mais. “O espancamento é do torturador incompetente. O competente bate o suficiente”, disse. “Até hoje não apuraram, mas eu estava lá, foi uma madrugada, de 20 ou 21 de outubro de 1975”, disse.

O ex-vereador acredita que as próprias Forças Armadas vão reconhecer, em algum ponto, que erraram. “O grosso das Forças Armadas é de gente honrada, brasileiros, que pagam a prestação da casa própria, trabalham pelo País. Esta gente tem de reconhecer que a instituição errou e não pode pensar que está acima da lei, do direito e da justiça”, finalizou.

Para encerrar seu depoimento, disse que: “apesar de triste pela falta de evolução no país, continua acreditando que o único caminho para a construção de uma sociedade justa, igualitária, em que crianças não morram de fome, todos tenham direito a dentista, é o socialismo. Não dá para imaginar um capitalista bonzinho. Chegando no socialismo, vão chegar no comunismo,

que é o sonho de todos. No começo da civilização, tudo era de todos, ninguém era dono de nada".

Participaram do depoimento o presidente da Comissão da Verdade, o vereador Wagner Moura (PT) e os parlamentares Ivan Hildebrando (PDT), e Fábio Moura (PROS). Estavam presentes os ex-vereadores Rozemeri de França Abreu Santos (também chefe da Divisão Legislativa da Câmara), Romeu Magalhães e Mychajlo Halajko Júnior.

3ª AUDIÊNCIA (07/04/14)

DEPOENTES: Agrimaldo Rocha da Silva e Nivaldo Florentino Cordeiro

O ex-vereador da Câmara Municipal de Cubatão Agrimaldo Rocha da Silva prestou depoimento à Comissão da Verdade "Cláudio José Ribeiro", no dia 07 de abril de 2014. Ele fez parte da legislatura entre 1983 e 1988, período em que o Brasil voltava a ser uma democracia, após 21 anos de regime militar. Durante o depoimento, Agrimaldo contou como foi o período da redemocratização em Cubatão. Nivaldo Florentino Cordeiro, também ouvido, afirmou que "é melhor viver em uma democracia falida do que em uma ditadura poderosa".

A campanha de Agrimaldo a vereador foi lançada por José Rafael de Barros, em 1982, um jovem que ele mesmo havia recrutado pro Partido Comunista. "Ele lançou minha campanha porque eu era um bom orador. Ganhei a eleição da tribuna do Sindicato dos Metalúrgicos. Tive 1.200 votos em uma eleição fácil. Vim da tribuna do sindicato pra tribuna da Câmara", contou.

Agrimaldo afirmou que o que o caracterizava era o radicalismo e sua posição também era vista nos discursos e em seu trabalho na Casa de Leis. "Eu e Cajé (Florivaldo de Oliveira Cajé) demos um "golpe" e ele foi candidato à Presidência da Câmara. A gente vinha da época do Mar de Lama. Fiz uma CPI (CEI, Comissão

Especial de Inquérito) do Hospital. Fizemos outra da Rhodia, uma empresa francesa que jogava lixo tóxico no Perequê", contou.

Agrimaldo afirmou que é preciso que se recorde que a luta foi ferrenha, tanto pelo meio ambiente quanto pela redemocratização.

Ele contou como foram as eleições de 1985 e a escolha dos candidatos para o apoio do Partido Comunista. "A gente não queria prefeito nomeado, tinha de ter eleição", disse.

Para garantir informação no período do regime militar, Agrimaldo participava da distribuição do jornal Voz Operária em Cubatão. O periódico vinha de Santos. "Ia com o Cajé, no fusca dele, pegar o jornal, e torcíamos no caminho para não sermos parados pela polícia", contou.

Agrimaldo falou também sobre sua atuação sindical e lembrou que não era fácil ser comunista no período em que a ditadura militar rechaçava o pensamento de esquerda. "Cheguei a esconder três companheiros na minha casa. Não era fácil. E não sofria apenas o comunista, mas a família toda".

Filho de operários, nascido na Fabril, ele acredita que a luta em nome do trabalhador é uma tradição nascida com a família. "A influência do sindicato era extraordinária, tudo passava pelo sindicato", lembra.

Agrimaldo também falou do Partido Comunista que, segundo ele, foi o único partido sério existente no País, porque havia formação e muito estudo. "Havia intelectuais em sua base. Para ser candidato, era preciso base ideológica, formação", contou.

Após o depoimento de Agrimaldo, os vereadores e público presente puderam fazer perguntas. A ex-vereadora e chefe da Divisão Legislativa da Câmara, Rozemeri de França Abreu Santos, perguntou sobre o jornal feito pelo mandato de Agrimaldo, o Cobra de Vidro. "As questões debatidas nesta Casa não tinham grande repercussão, porque os jornais ainda

Ms. 830
Rozemeri

Ks. 832
Dyfford

se comportavam como na ditadura. Lembro que você criou este jornal com notas curtas e o João Ivaniel de França Abreu Santos criou o Ping-Pong", disse.

O ex-vereador afirmou que a publicação foi justamente para fugir da falta de espaço na imprensa regional. "O nome tirei de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda."

"Melhor uma democracia falida que uma ditadura poderosa"

No mesmo dia, o ex-dirigente sindical Nivaldo Florentino Cordeiro também foi ouvido pela Comissão da Verdade. Para ele, que viu a prisão de colegas e a repressão de perto, "é melhor viver em uma democracia falida do que em uma ditadura poderosa". O depoente contou que teve que se esconder na Paraíba para não ser preso pelo regime militar.

Cordeiro chegou a Cubatão em 1957. "Aqui, encontrei um professor político, o Cláudio José Ribeiro, homenageado nesta comissão. Lutamos para criarmos primeiro a associação dos Químicos de Cubatão", contou.

Em seguida, criou-se o Sindicato dos Químicos. Na época, Cordeiro foi eleito delegado da Federação estadual. "Na eleição seguinte, fui eleito novamente delegado, mas não tomamos posse, porque veio o Golpe Militar", contou.

O sindicalista também fez parte do Partido Comunista Brasileiro. "Orgulho-me de ter participado do PCB e não concordei quando ele se tornou PPS. Não mudo de concepção política", afirmou.

O presidente da Comissão da Verdade, o vereador Wagner Moura (PT), e os vereadores Ivan Hildebrando (PDT), e Fábio Moura (PROS) participaram da oitiva dos depoimentos.

4ª AUDIÊNCIA (08/05/14)

DEPOENTE: Dojival Vieira dos Santos

"Não permitam que a memória vire cinzas". Esse é um dos pedidos do ex-vereador Dojival Vieira dos Santos, feitos durante a quarta Audiência Pública da Comissão da Verdade "Cláudio José Ribeiro", no dia 08 de maio de 2014. O depoimento marcado pela emoção tratou de casos nebulosos da ditadura militar, com destaque para a tragédia da Vila Socó, atual Vila São José, em 1984.

Para Dojival, um dos maiores incêndios da história do Brasil precisa ter a investigação reaberta, uma vez que ninguém respondeu criminalmente pela tragédia da Vila Socó. O ex-vereador lembrou das conclusões dos promotores José Carlos Pedreira Passos (já falecido) e Marcos Ribeiro de Freitas, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que apontaram que o número real de vítimas fatais passaria de quinhentas pessoas, muito diferente dos 93 mortos informados oficialmente na época. Os dados, naquela oportunidade, foram divulgados pelas autoridades do município e da Petrobras.

Dojival comenta que o incêndio alcançou repercussão internacional, sendo matéria até do jornal norte-americano New York Times. Já a imprensa nacional optou pela versão oficial que, segundo o depoente, teria sido construída pela "Operação Abafa", em que o Poder Judiciário, sob as ordens do regime militar, atuou para manipular o número de mortos. Desta forma, o impacto da tragédia seria minimizado.

Ainda sobre o episódio, o ex-vereador ressalta que a tragédia da Vila Socó não pode ser tratada simplesmente como um acidente. Para ele, foi um notório caso de negligência e imperícia, que pode ser considerado como homicídio culposo. Primeiro, porque as tubulações localizadas naquela área não poderiam suportar um volume tão alto de combustível circulando. Segundo, não havia manutenção nas instalações por parte da refinaria. E, por fim, de acordo com relatos de

Ms. 833
B. J. J.

sobreviventes, o cheiro forte de gasolina começou à tarde e a explosão em si ocorreu por volta de meia-noite. Assim, para Dojival, o poder público municipal foi omissivo ao não evacuar o local, evitando a tragédia.

A subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Cubatão também instaurou uma Comissão da Verdade para investigar a tragédia da Vila Socó. A entidade quer ouvir representantes da Petrobras, que tem documentos em seu arquivo sobre o episódio, além da direção do Instituto Médico Legal (IML) da época. Dojival, membro desta comissão, disse que o caso precisa ser levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Militância Política - Ao lembrar de sua atuação política na cidade, Dojival comenta que Cubatão, por ser considerada uma área de segurança nacional, sofria intervenção direta na gestão de recursos. Além disso, a população teve seus direitos básicos cassados. "Isso por si é uma situação de violência", ressalta o ex-vereador, que também atuou como jornalista do jornal Cidade de Santos e foi presidente do Centro de Estudantes de Santos.

Para o ex-vereador, esse período da história brasileira não pode ser ignorado sob pena de pagar-se um alto preço num futuro não muito distante. Para ele, tratava-se de um regime de terror, que caçou e torturou e matou militantes, desaparecendo com seus corpos.

Dojival fala que Cubatão paga até hoje as consequências de ter ficado 17 anos sem que os munícipes tivessem a possibilidade de votar e serem votados. A cassação dos direitos políticos significa perda de algo fundamental para se viver. E o ex-vereador lembra que a maior marca desse tipo de governo era a corrupção.

Para Dojival, os trabalhos da Comissão da Verdade não são meramente formais e precisam avançar para algumas resoluções. Ele lamenta o fato de que o Brasil é um dos últimos países que tiveram um governo de exceção a instaurar uma

P-834
Repetido

Comissão da Verdade. E, além disso, ela é um instrumento limitado pela Lei de Anistia, não prevendo responsabilização criminal aos torturadores. Na sua visão, o Superior Tribunal Federal precisa rever esta Lei de Anistia pois torturadores e torturados não podem ser tratados da mesma maneira.

Recordando o movimento Pró-PT no final dos anos 70, Dojival conta que a iniciativa foi fruto do processo de resistência, dos movimentos populares e da esquerda armada. "Na realidade somos herdeiros de Afonso Schmidt (escritor cubatense), que tinha formação socialista".

Entre os vários fatos marcantes de sua atuação política em Cubatão, Dojival destaca o "Dia do Pulo", em que as pessoas pularam as catracas da Viação em reação aos abusos da empresa no transporte público municipal. Outro episódio lembrado é o da reintegração de posse em uma área do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em que Dojival, como vereador, liderou a resistência contra a ação truculenta de despejo da polícia.

Como sugestão para a Comissão da Verdade, Dojival considera importante a possibilidade de ouvir o prefeito da época, Oswaldo Passarelli. "É importante entender como funcionava essa engrenagem numa área de segurança nacional". O ex-vereador diz que o governo municipal na época tinha conexão direta com os delegados do regime militar.

Confissão - O ex-vereador contou, durante sua participação na Comissão da Verdade que, recentemente, José Alberto Moraes Alves Blandy, editor do jornal Cidade de Santos, confessou que demitiu Dojival do veículo em 1983, seguindo orientações da alta cúpula do Grupo Folha, por conta de sua militância no Partido dos Trabalhadores, considerado subversivo para o regime militar.

Dojival que na época havia sido eleito vereador em Cubatão alega que não havia incompatibilidade em exercer as funções de parlamentar e continuar trabalhando como jornalista no Cidade

de Santos. Ele conta que tramita na justiça um processo contra o Estado em virtude da Lei de Anistia pela perda de emprego durante o ditadura, em função de sua atuação política.

Também estavam presentes, durante o depoimento de Dojival, os vereadores Ivan da Silva (PDT), o Ivan Hildebrando, e Fábio Moura (PROS).

5ª AUDIÊNCIA (05/06/14)

DEPOENTES: João Ivaniel de França Abreu, Antônio Carlos Barreto e Romeu Magalhães

A Quinta Audiência Pública da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro", realizada no dia 05 de junho de 2014, tratou de questões ligadas à atuação política no período anterior à redemocratização e também do processo de degradação ambiental da cidade. Os depoentes foram os ex-presidentes da Câmara João Ivaniel de França Abreu e Romeu Magalhães, e Antônio Carlos Barreto, o Toni, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Cubatão.

A Audiência Pública foi conduzida pelo vereador Fábio Moura dos Santos (PROS), que substitui Wagner Moura (PT), que na época ocupa o cargo de prefeito da cidade. Os parlamentares Fábio Inácio (PT) e Ivan Hildebrando (PDT) também compuseram a mesa dos trabalhos.

Ocupando a presidência da Câmara por duas vezes, o advogado João Ivaniel conta que chegou à cidade em 1972 com 17 anos em pleno período da ditadura militar. Como um dos milhares de nordestinos que vieram para o estado de São Paulo em busca ascensão social, o ex-vereador morava na Vila Parisi, onde iniciou sua trajetória de luta política. João Ivaniel disse que foi detido e sofreu agressões físicas durante um tumulto naquela comunidade, que era ignorada pelo poder público.

Ps-835
Baptista

Ps. 836
Egipci

João Ivaniel lembra que a extinção da Vila Parisi começou com um decreto do interventor na época, o ex-prefeito José Osvaldo Passarelli. A medida atendia aos interesses do setor industrial que fazia pressão junto à prefeitura para que os moradores daquela região fossem removidos. Vale lembrar que prefeitos e presidentes ainda não eram eleitos democraticamente. Para o ex-presidente da Câmara, existia uma cumplicidade entre a prefeitura e a indústria. Com isso, crimes bárbaros foram cometidos contra o meio ambiente em nome da expansão econômica, como a contaminação do ar, do solo e dos rios. Além disso, a população sofreu com o surto de doenças pulmonares, a leucopenia e o nascimento de crianças sem cérebro (anencefalia).

O advogado foi enfático ao afirmar que Cubatão foi a cidade que mais sofreu com a intervenção militar. Para ele, o município precisa reivindicar uma compensação financeira do governo federal, estadual e da indústria, uma vez que população cubatense foi prejudicada ao longo de anos, à mercê da indústria e sem autonomia política. Segundo João Ivaniel, no processo de remoções da Vila Parisi, Cubatão assumiu sozinha os gastos com indenizações.

Comparando a conjuntura atual com o período da redemocratização, João Ivaniel diz que a cidade era mais efervescente politicamente. Para ele, infelizmente as vozes estão se calando, inclusive a imprensa. "Não precisa ter mandato para ter voz. Basta ser cidadão". Sobre a Comissão da Verdade, o ex-presidente da Câmara ressalta o trabalho desenvolvido: "Um povo sem história é um povo sem memória".

João Ivaniel ainda fez questão de falar que teve a honra de conhecer o ex-vereador Cláudio José Ribeiro, que dá nome à Comissão da Verdade. O ex-presidente da Câmara lembra que Cláudio lhe havia confessado que não sabia se tinha sido impedido de tomar posse na primeira legislatura porque era negro ou simplesmente porque era comunista.

Pls. 837
[Handwritten signature]

Em 1998, durante a presidência de João Ivaniel, foi criado o Arquivo Histórico do Poder Legislativo Cubatense "Emancipador Lindoro Couto" que preserva a memória da Câmara Municipal.

Toni - Em seu depoimento, Antônio Carlos Barreto, o Toni, disse que a militância de esquerda era inspirada pelos ideais da Revolução Cubana de 1959. O objetivo era construir uma sociedade mais justa, sem opressão nem capitalismo. Ele ressalta que não havia como falar de movimentos sociais naquela época sem lembrar do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Toni, que trabalha hoje como restaurador, ingressou nos movimentos populares e na luta sindical no final da década de 70. Naquele momento, surgia nas greves do ABC, o chamado novo sindicalismo, liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Membro da Convergência Socialista, Toni foi detido pela primeira vez em 1977 quando fazia parte da Patrulha Anti-inflacionária, um movimento que denunciava os preços abusivos praticados pelos supermercados.

Juntamente com outras lideranças da cidade na época, como o ex-vereador Dojival Vieira dos Santos, Toni organizou o "Dia do Pulo", que consistia em pular as catracas dos ônibus contra o valor das tarifas da Viação. O restaurador, que também integrou o movimento de luta pela autonomia de Cubatão, é um dos fundadores do PT no município. Ele recorda que em 1979 o próprio ex-presidente Lula esteve na cidade para apoiar a criação da sigla. A reunião ocorreu ironicamente no Forró do Lula, tradicional ponto de encontro dos petistas.

A atuação política de Toni na Comissão Provisória de Legalização do PT lhe custou o emprego na antiga Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) durante uma campanha salarial. De acordo com arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI), obtidos pelo ex-dirigente partidário para seu processo de anistia, os militantes sofriam um constante monitoramento do Segundo Exército de São Paulo.

P-832
Baptista

Romeu Magalhães - Atuando como vereador por 27 anos na Câmara de Cubatão, Romeu Magalhães conta que a principal bandeira de seus mandatos foi a questão ambiental. Ele conta que, por duas vezes, foi convidado pelo Comando Militar para explicar as denúncias que fazia a respeito da qualidade da água. O ex-presidente da Casa de Leis foi acusado de causar alarmismo na sociedade e se tornou persona non grata em alguns locais da cidade.

Magalhães diz sempre sofreu ameaças veladas por conta da investigação que relação à poluição da cidade. Ele conta que, junto com o professor Paulo César Naoum da Unesp, apanhava sapos nos brejos da Vila Parisi a fim de demonstrar cientificamente que a pele desses animais estava contaminada pelos poluentes. Mesmo constatando que a poluição vinha causando estragos à saúde dos cubatenses, como os inúmeros casos de câncer, Magalhães afirma que era muito difícil lutar contra o poder econômico do parque industrial.

O ex-vereador também conta que sua vida se tornou um inferno quando trouxe à tona o caso dos bebês que nasciam sem cérebro na cidade. Magalhães fala que com a ajuda de um agente funerário sempre fazia um levantamento no número de anencéfalos.

Com relação à ditadura militar, o ex-presidente da Câmara diz lamentar pela perda da liberdade. Ele conta que os amigos Gildo Ilhosa e Marielna Baccarat Ilhosa foram presos em 1970, ficando confinados durante cerca de oito meses e que só foram libertados após a constatação do erro pelos órgãos de repressão.

6ª AUDIÊNCIA (25/07/14)

DEPOENTES: Pedro Celestino da Cunha Lima, Euzébio Florêncio da Silva e Jacinto de Souza

Ar 839
Pedro

A Sexta Audiência Pública da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro", ocorrida nesta sexta (25/07), ouviu Pedro Celestino da Cunha Lima, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Euzébio Florêncio da Silva, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade; e Jacinto de Souza, representante da Comissão dos Anistiados de Cubatão.

Pedro Celestino começou a trabalhar na Copebras em 1959, mesmo ano em que ingressou no PCB. O ex-militante disse que se dedicou muito na luta pelos trabalhadores, reivindicando melhores salários. Ao contrário de outras lideranças, que sofreram pressões políticas, torturas e foram até presas durante o regime militar, Pedro Celestino foi vítima, na realidade, de um boicote orquestrado pelas empresas de Cubatão, que fechavam suas portas para operários com atuação política.

Em sua intervenção, Virgílio Pedro da Silva, fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN), exaltou a lealdade de Pedro Celestino, que cumpria todas as tarefas dadas pela organização. O advogado Manoel Humberto Araújo Feitosa também fez elogios à militância do ex-militante do PCB. "Como 'esquerdinha' que era, Pedro Celestino sofreu com a suspensão do direito de trabalhar".

Durante uma série de prisões ocorridas em abril de 1970, os comunistas ficaram em alerta e Pedro Celestino fugiu para Monte Cabrão, na área continental de Santos. Sua esposa, Benicia Macena Lima, temendo que sua casa fosse invadida pelos órgãos de repressão, decidiu esconder tudo que poderia comprometer o marido e outros militantes no quintal de casa, incluindo documentos e até um mimeógrafo, onde se reproduzia panfletos do PCB.

Já a atuação política de Euzébio começa por volta de 1973, quando trabalhava com teatro. Ele lembra que os textos encenados tinham que passar pelo crivo de um censor ligado aos órgãos de repressão. O fundador do PT em Cubatão conta

B. 840
C. 840

que seu papel era mais retórico, como um agitador político. Ele lembra que a partir de 1974, a ditadura começava a sofrer um processo de enfraquecimento, tendo como grande revés, a reação à morte do jornalista Vladimir Herzog, morto nos porões do DOI-CODI em 1975.

Euzébio recorda que durante o desfile cívico-militar de 9 de abril de 1980, ele e seus companheiros de luta foram presos por entregarem panfletos que reivindicavam a volta da autonomia política. Refletindo sobre a ditadura militar, Euzébio diz que o período atrasou o desenvolvimento do país, deixando como legados, a hiperinflação e uma imensa dívida externa.

Emocionado, Jacinto de Souza começou seu depoimento falando de sua vinda para Cubatão em 1969 quando tinha 13 anos. Ele lembrou sua atuação no movimento estudantil na Escola Afonso Schmidt, quando o diretor era um capitão do exército que o ameaçava em virtude de sua militância. Jacinto também contou que sofreu ameaças durante o processo de fundação do PT.

O representante da Comissão dos Anistiados de Cubatão comenta que concorreu ao grêmio dos Servidores Municipais de Cubatão na chapa de oposição, contrariando o chefe do executivo municipal, nomeado pelos militares. Em 1981, Jacinto disse que estranhamente foi demitido da prefeitura, juntamente com a servidora Maria de Lurdes dos Santos Lousada.

Jacinto ainda revelou que foi detido quando se colocou contra um despejo de uma família na Vila Natal. O ato, interpretado como desacato à autoridade, não se concretizou devido a um habeas corpus. O ex-servidor municipal demonstrou descontentamento por ter seu pedido de anistia ignorado pela procuradoria da prefeitura.

A Sexta Audiência Pública da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro" foi

Ar. 842
[assinatura]

conduzida pelo presidente do grupo de trabalho, Wagner Moura (PT), e acompanhada pelo vereador Fábio Moura (PROS).

7ª AUDIÊNCIA (11/09/14)

DEPOENTE: Florêncio Resende de Sá

“As listas negras de trabalhadores existiram durante a ditadura e continuam até hoje”. A afirmação é do presidente do Sindicato dos Siderúrgicos e Metalúrgicos da Baixada Santista, Florêncio Resende de Sá, mais conhecido como Sassá. Ele prestou depoimento em 11 de setembro de 2014 durante a Sétima Audiência Pública da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro".

Para Sassá, que foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por trinta anos, a "lista negra" de trabalhadores como instrumento intimidatório continua na maioria das indústrias. Demitido de uma determinada empresa, o funcionário não consegue trabalhar em qualquer outra. “A lista não deixou de existir só porque estamos na fase democrática. É assim que, por exemplo, a Usiminas (antiga COSIPA) age com aqueles que não concordam com a sua linha política”.

Segundo o sindicalista, a lista hoje é disfarçada, as empresas utilizam códigos internos para indicarem o perfil do funcionário em relação à sua atividade política, podendo ser classificado como ativista, grevista, agitador e, até mesmo, terrorista. A partir dessa identificação, mesmo sem comprovação, o operário trabalha por mais um tempo, mas logo é demitido, sendo que sua ficha é distribuída entre as empresas de grande porte a fim de dificultar sua inserção em um novo emprego. “É um fato concreto que precisa ser apurado e punido”

Na opinião de Sassá, nos anos de chumbo, era comum as empresas ajudarem os órgãos de repressão a identificar funcionários que representavam uma suposta ameaça aos interesses do regime militar e dos próprios empresários. Outro

12-842
Rogério

fator que justificava esse monitoriamento por parte do governo é que na direção do Sindicato dos Metalúrgicos havia muitos líderes do PCB, por isso, os agentes da repressão os acompanhavam de perto.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos disse que os trabalhadores sofreram muitas perseguições ao longo da história. Ele conta que quando o Golpe de 64 foi deflagrado, os funcionários da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) entravam em greve por três dias, o que culminou com a demissão de mais de 800 operários, sendo que toda diretoria do Sindicato foi presa. A entidade, então, ficou sob intervenção militar até 1968. A partir desse ano, é eleita uma nova direção, mas sem autonomia. "As assembleias e reuniões tinham que ser autorizadas pelos militares". Sassá fala que toda divulgação do movimento sindical deveria passar antes pelos agentes de governo e que qualquer tentativa de organização era reprimida.

A partir de 79, com a anistia política, o Sindicato dos Metalúrgicos se reorganiza. Com o aumento da leucopenia entre os funcionários da antiga COSIPA, as lutas se intensificam em favor dos trabalhadores. A doença, que reduz o número de leucócitos no sangue, foi responsável pela morte de, pelo menos, dois mil operários, segundo o sindicalista.

Sassá lembrou de Vítor Gallatti, um dos líderes da primeira greve na Cosipa, em 1962, que reivindicava o pagamento do 13º salário para todos os trabalhadores (diaristas e mensalistas). Ele sofreu várias perseguições e teve que viver na clandestinidade durante muitos anos, tendo morrido sem o Estado ter reparado todas as injustiças que causou. Para Sassá, é obrigação do poder público recompensar os familiares do ex-sindicalista, uma vez que sofrem até hoje as conseqüências de toda opressão causada a Galatti.

Outra greve histórica lembrada por Sassá é a de 1987, que teve a participação de mais de 95% dos empregados da COSIPA, reivindicando reposição salarial. De um total de 15 mil funcionários grevistas, somente 275 deles foram punidos com

B-843
Baptista

demissão comunicada através de carta ou telegrama. Eles eram considerados pela siderúrgica como os líderes da greve, não só pelas reivindicações salariais, mas também por uma forte oposição ao regime militar, ainda baseado em leis de exceção.

Em sua intervenção, o ex-presidente da Câmara Municipal de Cubatão, Florivaldo Oliveira Cajé, lembra que a Cosipa era administrada por pessoas ligadas às Forças Armadas. Ele, que também foi metalúrgico na estatal, fala que é preciso fortalecer os mecanismos democráticos que não permitam recuos em relação à liberdade. "Como diz até o próprio Castelo Branco, a democracia requer eterna vigilância". Cajé corroborou com Sassá, ao recordar a lista de comunistas afixada nas empresas que dificultavam a vida daqueles que procuravam emprego naquele nebuloso da história brasileira.

Sergio Gomes, secretário da Associação dos Anistiados Políticos Metalúrgicos da Baixada Santista (AAPMBS), que também prestaria depoimento ontem acabou não comparecendo por motivos pessoais.

A Sétima Audiência Pública foi conduzida pelo presidente Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro", o vereador Wagner Moura (PT) e foi acompanhada pelo parlamentar Fábio Moura (PROS). Também estiveram presentes os ex-veredores Raimundo Valter Pinheiro Lima e Mario Sergio Gochi.

8ª. AUDIÊNCIA (19/09/14)

DEPOENTES: Ouhydes João Augusto Fonseca e Luiz Augusto Lane Valiengo

Um resgate na memória da imprensa na Baixada Santista. Essa foi a tônica da Oitava Audiência Pública da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro", ocorrido no dia 19 de setembro de 2014. Ouhydes

João Augusto Fonseca e Luiz Augusto Lane Valiengo, ambos vencedores do Prêmio Esso de Jornalismo, traçaram um panorama do trabalho da imprensa durante o regime militar.

Fonseca, que é doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, disse que no auge da ditadura, quando trabalhava no Jornal da Tarde, o veículo resolveu publicar receitas de bolo e poemas de Camões para driblar os censores e informar aos leitores sobre as reportagens proibidas. O jornalista recorda que era comum ver policiais vestidos à paisana nas redações. "Os censores pressionavam os donos de jornais, mas vi alguns resistindo às ordens do regime".

A morte de Vladimir Herzog em 1975 foi um marco na luta pelo fim da ditadura. Fonseca diz que estava no culto ecumênico, marcado pelo Sindicato dos Jornalistas, em São Paulo. O ato, que reuniu mais de oito mil pessoas, foi realizado na Catedral da Sé, mesmo com todo aparato policial que tentou reprimir a mobilização. Vale lembrar que Herzog foi torturado até a morte nas instalações do DOI-CODI. A princípio, os órgãos do governo divulgaram que se tratava de um "suicídio", no entanto, um tempo depois, comprovou-se que ele foi vítima da repressão militar.

Fonseca presidiu a Cooperativa dos Jornalistas de Santos no final dos anos 70. A entidade foi responsável pela criação do Preto No Branco, um marco da imprensa alternativa na região. Segundo ele, a ideia era fazer um jornal barato, combativo, aproveitando os profissionais desempregados. Era um veículo de caráter analítico e de interesse social. "Tinham assuntos que só caberiam no Preto No Branco, como o caso Rhodia". Uma das reportagens mais marcantes do semanário foi a da investigação da morte do ex-deputado Rubens Paiva. Fonseca fez questão de entregar exemplares do jornal à Comissão da Verdade a fim de integrar o Arquivo Histórico do Legislativo Cubatense.

Durante a cobertura da Copa do Mundo em 1978 na Argentina, Fonseca conta que recebeu um telefonema de Santos com o

P. 845
[Handwritten signature]

seguinte aviso: "Sua batata está assando, abre o olho quando voltar". O alerta era por conta de sua liderança na greve dos jornalistas. Pouco tempo depois de seu retorno ao Brasil, ele acabou demitido do jornal em que atuava na época.

Lane Valiengo - "Os jornalistas não sofreram tanto quanto outras categorias profissionais", conta Valiengo acrescentando que muitas vezes o profissional de imprensa acabou servindo ao sistema por omissão. O jornalista acredita que a pior herança da ditadura nas redações foi a autocensura dos repórteres. "É mais fácil evitar as brigas, o difícil é agir com inteligência para mostrar as contradições".

Valiengo considera que a Baixada Santista foi a região proporcionalmente que mais sofreu com a instauração da ditadura militar. O interesse se dava por conta da existência da Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão (RPBC) e pela forte articulação dos trabalhadores. Ele lembra que a Base de Guarujá chegou a servir de campo de concentração.

Dos tempos em que trabalhou no jornal A Tribuna, no começo dos anos 70, Valiengo destaca a cobertura sobre os problemas ambientais na região. Ele diz que para os militares o importante era produzir, não importando a questão da poluição. "As empresas vinham para o Brasil com carta branca para poluir". Naquela época, segundo o jornalista, defender o meio ambiente era algo considerado subversivo e exótico.

O jornalista acredita que tenha existido um certo tipo de conluio entre o setor econômico, o governo militar e a mídia para acobertar crimes ambientais. Ele recorda que teve um tempo em que o empresariado local solicitou para os donos de jornal que parassem de publicar tantas matérias sobre a questão ambiental.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) recentemente divulgou documentos que comprovaram que empresas nacionais e estrangeiras contribuíram com o regime militar. Valiengo acredita que há indícios de que indústrias do complexo

Ps. 846
[Signature]

industrial também tenham colaborado com a ditadura. Segundo ele, cabe a investigação. "É difícil responsabilizar o empresário, mas, pelo menos, é preciso tentar".

Valiengo avalia que a repressão política foi responsável pela degradação dos serviços e do pensamento no Brasil. Ele defende veementemente a revisão da Lei de Anistia. "Não reconheço nada do que foi feito por eles (militares) em termos morais e legais. Para mim, não há um ato que tenha validade".

A Oitava Audiência Pública foi conduzida pelo vereador Wagner Moura (PT), presidente da Comissão da Verdade do Município de Cubatão "Vereador Cláudio José Ribeiro". O vereador Ivan Hildebrando (PDT) e o representante da OAB/ Cubatão, André Simões Louro, também participaram da oitava dos depoentes.

B-847
Baptista

ENCAMINHAMENTOS

Ao longo dos trabalhos da Comissão da Verdade do Município de Cubatão “Vereador Cláudio José Ribeiro”, reuniu-se significativo material histórico, incluindo desde recortes de jornais da época até documentos, além dos depoimentos gravados que ajudam a compreender como foram os anos de ditadura. Por conta disso, o grupo de trabalho sugere a criação do Memorial da Cultura Política no âmbito da Câmara Municipal de Cubatão, que abrigará todo esse repositório.

Esse Memorial da Cultura Política pode ser integrado ao Arquivo Histórico “Emancipador Lindoro Couto”, que reúne fotos, documentos e vídeos que contam a história do processo político de Cubatão. Em termos práticos, consideramos esta uma oportunidade única de o nosso Legislativo fazer história, marcar de forma altamente positiva esta Legislatura e contribuir para a preservação da memória da história política cubatense, além de fornecer à população uma fonte permanente de consulta, estudo, cultura e informação.

Com o objetivo de recuperar a memória histórica dos fatos ocorridos durante o período de repressão militar, sugerimos ainda que fique vedado atribuir a prédios, repartições públicas, e bens de qualquer natureza pertencentes ou sob gestão da administração municipal direta e indireta nome de pessoa que conste no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade de que trata a Lei Federal nº 12.528/ 2011 como responsável por violações de direitos humanos assim como agente público, ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento ou assemelhados e pessoas que notoriamente tenham praticado ou pactuado, direta ou indiretamente, com violações de direitos humanos durante a ditadura.

A proposta está em consonância ao movimento nacional de busca pela preservação da memória das graves violações de direitos humanos e das vítimas dessas violações. É papel do Poder Legislativo fazer esse resgate histórico para que

P. 847
[Handwritten signature]

atentados contra as liberdades individuais e coletivas nunca mais voltem a acontecer em nossa cidade e no nosso país.

Dessa forma, solicitamos aos nobres integrantes da Mesa Diretora e a todos os vereadores que recebam com a compreensão e a necessária vontade política esta sugestão, dando-lhe o encaminhamento necessário.

S.M.J. é esta a manifestação que submetemos ao conhecimento e deliberação dos nobres pares.

Sala D. Helena Meletti Cunha, Cubatão, 07 de maio de 2.015.

WAGNER MOURA DOS SANTOS

Presidente da CVMC (Resolução Nº 2.724, DE 04/06/2013)

[Handwritten signature]
ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA
Membro

[Handwritten signature]
ADEILDO HELIODORO DOS SANTOS
Membro

[Handwritten signature]
RICARDO DE OLIVEIRA
Membro

[Handwritten signature]
FÁBIO MOURA DOS SANTOS
Membro

[Handwritten signature]
SEVERINO FARCÍCIO DA SILVA
Membro

[Handwritten signature]
AGUINALDO ALVES DE ARAÚJO
Membro

[Handwritten signature]
JAIR FERREIRA LUCAS
Membro